

CONTRIBUIÇÃO PARA UM PENSAMENTO GEOESTRATÉGICO PORTUGUÊS*

A segurança nacional, que deve comportar, entre outros factores, preocupações com a soberania, integridade territorial, coesão, independência e sobrevivência nacional, impõe a todos os portugueses, e mormente aos que mais têm de intervir na governação e na formação da opinião pública, e também aos militares, uma consciencialização adequada acerca do que o nosso país é realmente no contexto ibérico, europeu e mundial, e que antagonismos o ameaçam. A segurança nacional exige ainda dos portugueses a adopção de uma atitude de permanente reserva crítica quanto a preconceitos, ideias feitas e propostas simplistas intelectualmente aliciantes, as quais devem ser sempre analisadas contra o pano de fundo de algumas realidades fundamentais, principalmente das que estão menos sujeitas à erosão dos tempos, como sejam as de natureza geoestratégica.

Embora correndo o risco de voltar a recorrer a ideias já expressadas em trabalhos precedentes, julga-se mesmo assim muito conveniente, face à planeada entrada de Portugal para a CEE e ao presumível ingresso da Espanha na NATO, relembrar que Portugal não é, em termos geográficos, um país europeu como qualquer outro, nem um membro europeu da Aliança Atlântica como outro qualquer. Tal decorre, desde logo, do facto de o Continente se encontrar emparedado entre a Espanha e o Oceano Atlântico no extremo ocidental da Península Ibérica, a qual é por sua vez consideravelmente excêntrica em relação à «verdadeira» Europa e dela se encontra separada pela garganta dos Pirinéus. Isto explica porque Portugal tem dificuldades e receios que outros países europeus não têm necessidade de sentir. Que a posição geográfica de Portugal constitui um caso particular na Europa, atesta-o ainda o facto de o território nacional ser a única parcela do Velho Continente que se encontra inserida num comando NATO atlântico, o Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) com sede nos EUA. Isto decorre certamente, de entre outras coisas, do facto de as posições portuguesas apresentarem natural vocação para integração preferencial

* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 18, Abril-Junho de 1981

na componente atlântica da defesa europeia, pela razão de, através delas, se poder proporcionar conveniente apoio a operações de controle das rotas marítimas mais importantes para o abastecimento da Europa e das rotas marítimas e aéreas de reabastecimento e de socorro a este Continente a partir da América do Norte. Este facto, por outro lado, atesta ainda a justeza da secular política atlântica nacional e da aliança tradicional com a Potência Marítima.

Portugal, vários séculos antes de se verificar a unificação da Espanha, construiu a viabilidade da sua sobrevivência como país independente, conquistando aos mouros — que entretanto se mantiveram na Península até à data daquela unificação — a faixa litoral que dá hoje ao País a sua feição marcadamente atlântica. Foi esta faixa que lhe permitiu mais tarde concitar acréscimo de potencial estratégico (para compensar o aumento do continental que a Espanha ia conseguindo à custa de alianças com países continentais ou da ocupação destes) através de uma política atlântica baseada em alianças com países marítimos, e de descobertas, povoamentos e ocupações de novas terras exteriores à Europa. Estes factos não têm semelhança alguma com o que por vezes se encontra em escritos publicados por espanhóis, em que parece pretender-se «pôr no mesmo saco» Portugal e Gibraltar, como sendo ambos obra de ingleses para enfraquecer a capacidade de manobra externa da Espanha. Não deve por conseguinte constituir surpresa que portugueses tenham considerado com alguma reserva recentes sugestões de distintas individualidades da vida política espanhola respeitantes à inserção da Espanha também no SACLANT e à criação de um comando militar unificado para a Península Ibérica. Isto verifica-se possivelmente por recearem que essas propostas possam encobrir uma hipótese de aproveitamento da oportunidade do ingresso na NATO para impor a concepção da Península como uma unidade geoestratégica, de cuja aceitação poderia decorrer a utilização de importantes porções do espaço marítimo e aéreo português pelo poder militar espanhol, com conseqüente aumento da influência externa do país vizinho, contra o enfraquecimento da portuguesa, inclusivamente no âmbito da Aliança Atlântica. A propósito, parece oportuno chamar-se a atenção para o facto de as unidades físicas, como a Europa, ou a Península Ibérica, só serem unidades geoestratégicas ou geopolíticas se os povos que as ocupam o quiserem — a História da sobrevivência de Portugal constitui um exemplo vivo da aplicação desta tese. Doutra forma, como explicar, por exemplo, o manto de retalhos característico da Península Balcânica, onde hoje coexistem a amálgama neutralista jugoslava, a auto-isolada Albânia, a «europeia» Grécia, a Bulgária «do Leste» e a parte da Turquia «do Ocidente»? E o que se passa com os países escandinavos, cada um com a sua opção distinta? Espera-se que a reacção espontânea, pronta e praticamente unânime dos diversos sectores políticos portugueses às supracitadas sugestões de algumas personalidades espanholas, possa vir a contribuir para corrigir interpretações unilaterais que poderiam vir a revelar-se incon-

enientes para a harmonia que se deseja na Península no quadro da NATO, onde vulnerabilidades desta natureza não deixariam de ser exploradas por sectores a quem convier eventualmente apresentar a Aliança como hostil aos interesses de Portugal.

Outra realidade que convirá certamente estar presente no espírito dos portugueses é que o território nacional — Continente e Ilhas — pelo facto de nas suas águas patrimoniais se cruzarem rotas marítimas vitais para a segurança da Europa (segurança essa que é vulnerável no seu próprio teatro e noutros de que ela depende vitalmente) dispõe de potencialidades geoestratégicas que tendem a ainda atrair as atenções de importantes potências estranhas à região, devido às naturais preocupações que elas têm com a utilização que lhes for dada. Daí que esta realidade deva estar sempre presente na análise fria das atitudes dessas potências para com Portugal, bem como, inclusivamente, nas opções nacionais em matéria de política externa. Realmente, os equilíbrios ibérico, europeu, ocidental e mundial não são totalmente indiferentes à utilização que for dada às posições portuguesas. Outro elemento também a reter é que Portugal, dispondo de Poder Material (Económico, Científico, Tecnológico e Militar) ainda inadequado para corresponder à garantia de uma soberania suficiente e digna face às ingerências que as potencialidades geoestratégicas do seu território atraem, terá que imaginar maneira de compensar ou de, pelo menos, minorar os efeitos negativos dessa vulnerabilidade. Tal impõe, por exemplo, o recurso ao desenvolvimento do Poder Anímico ou Moral do País — o qual constitui uma componente essencial do Poder Nacional ou Força Total do País — o que implica certamente, entre outras coisas, esforço permanente e atento para salvaguardar valores culturais e espirituais, aprofundamento e intensa difusão das realidades nacionais, e a criação dum projecto nacional que tenha estas na devida consideração, por forma a reforçar a coesão interterritorial e a obter a participação entusiástica de todos nas preocupações e nas tarefas de segurança nacional. Convirá ainda não esquecer que se torna imprescindível uma atitude adequada, se bem que elegante, atitude constante de vigilância. Por exemplo, a presença de Portugal na NATO, embora constituindo uma opção naturalmente lógica em termos de segurança nacional e ocidental, não deve apesar disso deixar de merecer uma constante preocupação quanto à natureza de certo modo globalista da filosofia da Aliança, para evitar que possam vir a ser feridos interesses portugueses eventualmente menos conhecidos, ou por outros considerados pouco importantes. Seria o caso presumível de a Aliança poder um dia decidir entender como satisfatório preencher o vazio aeronaval português na Região Ibero-Atlântica com meios espanhóis, em vez de promover um mais salutar equilíbrio entre os dois países neste domínio, quer auxiliando mais eficazmente o reequipamento militar português, quer reequacionando a ajuda militar externa aos dois países, a qual, pelo desequilíbrio de que actualmente se reveste, tende a aumentar constantemente o fosso já existente.

Entre as realidades que não podem ser minimizadas, encontra-se indubitavelmente o facto de ser a atlanticidade do território nacional, decorrente da posição periférica do Continente, reforçada pela projecção atlântica das Ilhas, que o diferenciam decisivamente de qualquer outra região da Península, e da própria Espanha, cuja orientação geográfica é predominantemente mediterrânica. Daí que decorra a possibilidade de se decompor a vocação geoestratégica global da região íbero-atlântica em duas vocações distintas complementares, a atlântica (primordialmente portuguesa) e a afro-mediterrânica (primordialmente espanhola). Tal possibilidade, principalmente em termos da actual confrontação indirecta entre os dois grandes Blocos, torna perfeitamente dispensável para a segurança da Europa o recurso a fórmulas como a do comando unificado ibérico, que apresentaria para já problemas políticos e psicológicos susceptíveis de criar desnecessariamente uma séria vulnerabilidade no seio da Aliança. Por tudo isto, torna-se extremamente importante adoptar a coesão interterritorial como objectivo nacional fundamental, com a assunção plena e consciente das consequências que daí decorrem, designadamente no domínio do aprofundamento e do aperfeiçoamento dos laços económicos, culturais e de defesa entre as três parcelas do território nacional. Em conformidade, por exemplo: os transportes e as comunicações interterritoriais e interilhas deveriam ser inteiramente autónomos e adequados aos fluxos de pessoas e de mercadorias, e o seu estatuto deveria ser especialíssimo, para se assegurar o seu funcionamento ininterrupto; não deveria ser necessário que jovens portugueses das Ilhas e do Continente tenham de procurar por vezes fora do seu país a formação cultural e técnica com o nível e com o custo a que têm direito a aspirar; a defesa militar do País deveria ser global em termos interterritoriais, ser autenticamente participada por todas as «regiões», e estar o menos possível confiada a estrangeiros, mesmo no âmbito da NATO. Tudo isto tem como objectivo sugerir que Portugal deveria assumir-se o mais que fosse possível como o «quase-arquipélago» que realmente é (as trocas comerciais portuguesas com o exterior são primordialmente feitas por mar — mais de 90% das importações e mais de 80% das exportações — o que reforça a perspectiva «quase-arquipelágica» do país), o que implicaria o desenvolvimento de mentalidade e de filosofia a condizer. E tal mentalidade e filosofia não se tornam apenas indispensáveis para a política de relacionamento do Continente com o território espanhol, mas também para as ligações terrestres com a Europa. Efectivamente, há que ir desmitificando a ideia feita de que os portos do Continente e as vias terrestres portuguesas podem interessar à Europa. Ora isto pode não ser inteiramente verdade do ponto de vista dos países europeus, pelo menos porque têm a possibilidade de receber e de despachar directamente os navios nos seus próprios portos, sem terem de se sujeitar a possíveis constrangimentos terrestres na Península Ibérica e noutras regiões, nem de suportar os preços relativamente mais caros dos transportes rodoviários e ferroviários. Isto é inclusivamente válido

no próprio cenário da CEE, onde se têm verificado desentendimentos de ordem económica e psicológica entre alguns dos seus membros, a ponto de terem já provocado não poucos cortes, mais ou menos espontâneos, em vias terrestres. Os nossos portos e vias terrestres podem interessar, isto sim, à Espanha — embora esta possa passar sem eles — podendo por isso uma política descuidada neste ponto vir a criar desnecessariamente uma possibilidade de coacção política utilizável contra o nosso país se, entretanto, a nossa economia tiver sido habituada a contar com essa utilização. Por isso, pareceria preferível que o desejado desenvolvimento dos nossos portos e vias terrestres do Continente devesse ter como objectivo prioritário o progresso do interior, impondo-se que as também necessárias ligações terrestres à Europa fossem equilibradamente diversificadas pelo mar e pelo ar — com meios inteiramente autónomos para maior garantia de independência e de economia — para se evitar aquele risco. Desenvolver os nossos portos e as nossas vias terrestres com a mira principal de atrair a utilização da Espanha, e as correspondentes divisas, e aceder a um comando militar unificado para a Península no âmbito da NATO, poderia corresponder, efectivamente, entre outras coisas, a ignorar completamente a tese de Dan Stanilawsky («The Individuality of Portugal»). Segundo o referido autor, algumas das principais explicações para o facto de Portugal se manter independente ao longo de séculos face à Espanha seriam porventura as circunstâncias de este país nunca ter precisado dos nossos portos, de os rios internacionais não serem navegáveis, e de haver uma rarefacção de populações e de actividades económicas ao longo da fronteira.

A ajuizar por algumas das coisas que se lêem e se ouvem entre nós, não se pode estar seguro de haver em todos os intervenientes na Administração e na formação da opinião pública, e em todos os militares, uma sensibilidade adequada de segurança no concernente a algumas realidades abordadas neste trabalho. Tal poderá decorrer, entre outras coisas, de inadequados esclarecimento e reflexão, uma vez que, quanto à sugestão para um comando militar unificado na Península, talvez devido a tratar-se de algo que poderia redundar numa subordinação militar ao país vizinho, e ao tipo de História nacional que se ensina desde as primeiras letras, verificou-se reacção pronta, espontânea, esclarecida e praticamente unânime dos mais representativos sectores políticos do País.

Teve reflexos inegavelmente positivos o ter sido levantada em devido tempo a hipótese de comando militar unificado para a Península Ibérica na sequência de eventual ingresso da Espanha na NATO, quanto mais não seja porque deu lugar às referidas reacções espontâneas e unânimes, que não deixarão de impressionar os meios políticos e militares da Aliança. Por isso mesmo consideram-se como menos importantes outras reacções que também se verificaram. A propósito,

recorda-se que o próprio MacKinder, o célebre geógrafo e geoestrategista britânico, já tem sido «acusado», mesmo por compatriotas seus, de ser um teórico do Poder Continental, ele que poderá afinal ter-se limitado, como cidadão da Potência Marítima então já em decadência, a pretender chamar a atenção para a possibilidade de a URSS, através do desenvolvimento da Sibéria e do seu Poder Marítimo, vir a pôr um dia um desafio sem precedentes ao Ocidente, eventualidade para a qual propunha, como contramedida, uma aliança marítima entre o Continente Norte-Americano e a Europa Ocidental, ou seja, nada mais, nada menos que, praticamente, a NATO de hoje. No vertente caso português, o aviso emitido há cerca de 2 anos parece não ter caído em terreno estéril, a ajuizar pelas reacções agora surgidas, as quais poderão ter sido também resultado de sensibilização feita nos bastidores por meio de alguns trabalhos, conferências e intervenções produzidas desde então pelos que entenderam dever pronunciar-se sobre tão importante e delicada questão, mas que não tiveram a divulgação concedida à concepção que as provocou. De qualquer modo, não poderá concordar-se com qualquer sugestão de inevitabilidade de comando militar unificado para a Península, uma vez que nos assiste sempre o direito, e até uma possibilidade extrema, de não aceitar. O contrário seria, afinal, algo parecido com desprezo pelas lições da História. Quanto ao desafio que tal hipótese, apesar de tudo, põe a Portugal, para ser enfrentado como deve, haverá realmente que assumir responsabilidades de defesa militar autónoma que possam encaixar, sem esforço, na componente atlântica de defesa militar da Europa. Não o fazer resolutamente, e continuar antes a querer autoconvencer-se de que não há actualmente ameaças a Portugal, corresponderá a manter-se uma importante vulnerabilidade, e a ameaça que lhe corresponde. Para isso, no entanto, impõe-se passar a interpretar correctamente o território nacional (o Factor Geográfico dum país deve constituir a ossatura e a base de sustentação da sua estratégia de defesa militar), o que não pode ser tomado apenas como um triângulo estratégico, mas algo mais, como um «quase arquipélago», o que é diferente, na medida em que implica uma maneira nova de estar e uma nova filosofia e mentalidade de segurança. A «quase arquipelagia» corresponderia a um projecto global que se julga pudesse ser suficientemente aliciante para ser aceitável pelo povo e, conseqüentemente, susceptível de poder conferir um sentido autêntico e profundo à Defesa Nacional, por forma a melhor garantir a liberdade de acção do País. Será porventura a ausência desta filosofia de pendor mais atlântico, que parece não ter ainda receptividade, que terá levado à curiosa contradição de se estar a conduzir um país de geografia e tradição atlânticas, que a estas deve inclusivamente boa parte da sua viabilidade (e que se encontra inserido numa aliança marítima que tem na preservação do elo atlântico entre a América do Norte e a Europa a sua principal força e preocupação), com uma mentalidade que mais aparenta ser de índole predominantemente continental. Efectivamente, afigura-se algo desconcertante que Portugal (de configuração física

«quase-arquipelágica», que é o país mais atlântico da Europa, e que dispõe da mais vasta ZEE do Velho Continente) seja o que, de entre todos os países europeus de expressão ribeirinha, apresente a menor taxa de capturas piscícolas, tem uma das menores Marinhas Mercantes (satisfazendo actualmente menos de 15% das necessidades nacionais no sector dos transportes marítimos), dispõe das mais reduzidas Marinha Científica e Marinha de Recreio, e exhibe um Poder Naval provavelmente dos menos expressivos. Refere-se a Marinha de Guerra por ser um factor do Poder Marítimo, mas sem esquecer, de forma alguma, que a primeira prioridade da defesa militar do País deve corresponder à defesa dos pontos estrategicamente vitais do território nacional e das suas aproximações terrestres, aéreas e marítimas, o que impõe preocupações em conformidade com o adequado reequipamento do Exército, como aliás dos outros ramos do Poder Militar, a fazer-se, no entanto em obediência a um conceito estratégico de defesa militar a conceber previamente. Realmente, entre a supracitada tese de Dan Stanilawsky, que poderá ser considerada como algo exagerada na era da CEE, e a condução sem uma sensibilidade adequadamente atlântica de um país cuja sobrevivência e grandeza se devem em grande parte a uma política atlântica secular e a alianças preferenciais com países e blocos marítimos, algo haverá certamente que possa convir repensar, enquanto é tempo.

É claro que não se pode esquecer que o despontar da união europeia, e da sua própria defesa comum, constituem hipóteses inteiramente novas, por isso mesmo susceptíveis de poderem perturbar esquemas e concepções até agora tidos como válidos. Contudo, pensa-se que será precisamente em situações de transição e de expectativa como a presente, a qual ninguém será capaz de poder prever como e quando vai acabar, que maior prudência se requer para se resistir a tentações de tudo rever, por forma a não se darem passos irremediáveis em caminhos que ainda não se sabe bem aonde vão dar. Será porventura em circunstâncias como esta que mais convirá procurar não se ir contra a Geografia e contra a História. Até porque estas poderão sempre acabar por encontrar encaixe adequado em qualquer esquema, a qualquer tempo, principalmente se for bem patente a coesão e a resolução da Nação, previamente despertada para uma autêntica consciência de Defesa Nacional por meio de esclarecimento adequado e de um projecto galvanizador, que sejam susceptíveis inclusivamente de sublimar a agressividade existente para que actue também no plano externo.

Entretanto, não oferecerá dúvidas que a provável entrada de Portugal para a CEE não poderá alterar a constante física do emparelamento do Continente entre a Espanha e o Atlântico, nem as potencialidades atlânticas do território nacional para ligações intercontinentais e para controlo de rotas marítimas e aéreas vitais para o Ocidente. Por isso mesmo, persistirão certamente por muito tempo

ainda (pelo menos o necessário para que a Europa se entenda definitivamente quanto à sua união política e à sua defesa comum, e ainda para reduzir o fosso militar que a separa das superpotências) as ingerências e os constrangimentos à autonomia e à soberania nacionais. E estes só poderão ser convenientemente entendidos e enfrentados desde que se disponha de um pensamento geoestratégico correctamente concebido, amadurecido, difundido e assimilado, do qual não deverá estar ausente, insiste-se, a noção de que a liberdade de manobra do País será em qualquer circunstância directamente proporcional à coesão interterritorial e à credibilidade das suas Forças Armadas, e inversamente proporcional às dependências relativamente ao país vizinho.

A poder vir a ser entendido assim, pareceria lógico que, então, o próprio conceito estratégico de defesa militar do país, a que atrás se aludiu, deveria ser também de feição «arquipelágica», a encaixar o melhor que fosse possível no esquema defensivo da Aliança Atlântica, ou seja, do género do que se preconizou em artigo publicado no Número 15 desta Revista, subordinado ao título «Contribuição para uma Filosofia de Defesa Militar Portuguesa»*.

As Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) constituem uma realidade geoestratégica nova, fruto do extraordinário interesse que a humanidade passou recentemente a atribuir ao aproveitamento dos recursos económicos do mar, sendo provável que, daí, tendam principalmente a beneficiar os países ribeirinhos. Os países membros da Comunidade Económica Europeia já reconheceram tal importância, pelo que não deve surpreender que procurem afanosamente promover o acesso de todos aos recursos económicos das ZEE disponíveis.

Portugal é um país ribeirinho periférico que sofreu na sua já longa História submissões a países continentais europeus, e que, ao contrário, recebeu do mar riqueza, prestígio e liberdade. Aliás, todas as grandes nações são nações marítimas — a própria superpotência continental dos tempos actuais, a URSS, assim o entendeu iniludivelmente, a ajuizar pelo impressionante desenvolvimento que está a imprimir ao seu Poder Marítimo, designadamente às Marinhas de Pesca, Científica e Mercante, além da Marinha de Guerra e respectiva Aviação Naval.

Portugal dispõe, como atrás se referiu, da maior ZEE da Europa, da qual não se conseguiu ainda saber o que realmente contém. Por isso, o ingresso na Comunidade Económica Europeia — a fazer-se em condições que impliquem a cedência imediata da administração da quase totalidade da imensa ZEE portuguesa ao Conselho da Comunidade e a reserva de apenas uma magra faixa junto à costa para exploração exclusiva preponderantemente artesanal, em consequência de o

* Vide p. 7. do presente volume.

País ainda não dispõe de uma frota de pesca que possa proceder à sua racional «ocupação» — certamente que justificaria uma ponderação profunda em termos do que se ganha e do que se perde em se ser apressado. Assim se fez na Noruega, que decidiu não lhe convir ceder os recursos da sua ZEE a outros, por isso luta arduamente e se interroga ainda a Inglaterra, países que são, como Portugal, ribeirinhos e periféricos e dispõem das mais ricas ZEE da Europa.

Não faltarão a Portugal condições naturais para o desenvolvimento lógico e prudente de Poder Marítimo relativamente considerável. Poderá faltar, isso sim, mentalidade realmente marítima (que é um factor decisivo daquele Poder) para se poder entender e explorar económica e



politicamente as potencialidades que realmente existam. Ceder de imediato o controlo da ZEE poderá corresponder a não se poder utilizar o que talvez se pudesse revelar como a melhor fonte de poder negociador nacional em contenciosos que não deixarão de surgir na vida comunitária. E talvez a perder ainda uma reserva da independência de que nenhum dos actuais países membros da Comunidade parece disposto a prescindir nos tempos mais próximos, certamente por razões da mais elementar prudência.

Também nesta questão sobressai a coesão interterritorial como factor de primordial importância para o País, uma vez que a grandeza da ZEE nacional, e o seu peso no relacionamento com a Comunidade Económica Europeia, são directamente proporcionais ao que para ela resultar da interpretação que for dada às autonomias regionais. A hipótese de num dos maiores factores de força da nação poderem revelar-se vulnerabilidades exploráveis por terceiros aconselha a que se use do maior cuidado na matéria em questão. Por outro lado, sendo a coesão interterritorial um objectivo nacional fundamental, seria altamente indesejável que se juntassem outros inconvenientes aos já provocados pela manutenção dos Açores fora da Área Ibero-Atlântica da NATO.

CONTRIBUTO PARA A FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA MILITAR*

Tem-se escrito e dito muitas vezes que a falta de um Conceito Estratégico de Defesa Militar constitui um importante entrave ao arranque de algumas medidas relacionadas com a Defesa do País. Por isso se julga não ser inoportuna a publicação de sugestões sobre o assunto.

Em teoria, um Conceito Estratégico de Defesa Militar pode ser essencialmente um conjunto de princípios gerais doutrinários, a formular com a maior simplicidade possível, e tendo como propósitos defender a integridade do Território Nacional (TN) e a segurança de pessoas e bens, e contribuir para a liberdade de acção do País. Deve poder inspirar e enquadrar opções respeitantes a sistemas de armas e à manobra adequada para a sua utilização. Deve ter na justa consideração a geografia, a tradição e o comportamento histórico de defesa militar do País, bem como os cenários nacional, regional e internacional. Deve apresentar credibilidade suficiente quanto à consecução dos propósitos formulados, quanto à sua exequibilidade, quanto ao equilíbrio entre a importância daqueles propósitos e os dispêndios a efectuar, e quanto à justeza dos riscos a assumir conscientemente.

Apresentam-se seguidamente alguns exemplos de possíveis princípios gerais para o fim em vista.

Preservação da integridade do TN

Uma vez que não se pode estar inteiramente seguro de que o País possa continuar a ser suficientemente independente, ou mesmo sobreviver, se o TN for amputado de uma das suas actuais parcelas, devem constituir preocupações primordiais a preservação da sua integridade e a sua consideração como um núcleo (na acepção de conjunto estratégico coeso e inseparável em todas e quaisquer circunstâncias).

* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 20, Outubro-Dezembro de 1981.